

## Ecoss de 1817 e 1824 nas Memórias de Pedro Nava

*Echoes from 1817 and 1824 in Pedro Nava's Memoirs*

Maria Alice Ribeiro Gabriel\*  
Universidade Federal de Uberlândia  
Uberlândia

**Resumo:** As Memórias de Pedro Nava mesclam escrita biográfica e autobiográfica. Tal processo de composição é significativo para analisar as fontes que formam um arquivo de relatos pessoais e registros históricos. O propósito deste artigo é discutir como certos testemunhos desse arquivo são relevantes para definir um memorial biográfico dedicado a ancestrais ligados à Revolução Pernambucana de 1817 e ao massacre de uma família durante a Confederação do Equador.

**Palavras-chave:** Pedro Nava. Memorial biográfico. Testemunho.

**Abstract:** Pedro Nava's Memoirs mix autobiographical and biographical writing. This process of composition is significant to analyse the sources that form an archive of personal accounts and historical records. The aim of this paper is to discuss how some testimonies of this archive are relevant to define a biographical memoir dedicated to ancestors involved in the Pernambuco conspiracy of 1817 and in the massacre of a family during the Confederation of the Equator.

**Keywords:** Pedro Nava. Biographical memoir. Testimony.

### 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O caráter heterogêneo e abrangente da obra do médico e memorialista Pedro da Silva Nava reflete-se na variedade dos inúmeros estudos que tem inspirado, procedentes das Ciências Sociais, dos Estudos Literários e da História Social, gerando, inclusive, correspondências entre essas áreas.

A relevância das Memórias de Pedro Nava no Brasil reserva-lhe certamente lugar privilegiado na tradição literária da América Latina. A dimensão cultural de sua obra memorialística comporta, sobretudo pelo testemunho pessoal do escritor, o retrato multifacetado da história social e literária de uma época, unindo passagens líricas, em tom de romance (auto)biográfico e de crônica histórica.

Entre os episódios das Memórias afins à esfera da literatura de testemunho, entendida como reivindicação de versão pessoal, não oficializada, de eventos históricos do passado, consta o relato de uma filha de Leonel Pereira de Alencar (1775-1824), avô materno do escritor José de Alencar e irmão de Dona Bárbara Pereira de Alencar (1760-1832). Segundo Irineu Pinheiro (1951, p. 27): “Neta do português Leonel de Alencar Rego era Dona Bárbara Pereira de Alencar, heroína cratense de 17, cujo avô, fixado em Exu, Pernambuco, foi o tronco de todos os Alencares, no Brasil”.

---

\* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo - USP (2011) e doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2022). E-mail: rgabriel1935@gmail.com.

Reportando-se a episódios biográficos sobre a família Alencar em *Baú de Ossos* (1972) e *Chão de Ferro* (1976) este estudo centra-se nas recordações de uma testemunha direta do atentado contra a família Alencar no Engenho Velho, próximo ao município de Jardim, Ceará, a 29 de setembro de 1824. O relato foi coletado por Dona Clotilde Jaguaribe Nogueira, tia-avó materna de Pedro Nava.

A fim de analisar o registro do testemunho na biografia familiar e na história nacional, a partir de recordações individuais, examinando como a versão da memória pessoal transmite a memória social do grupo, a seção inicial deste artigo aborda a escrita literária de Pedro Nava, com base em reflexões de José Adjuto Castelo Branco Chaves (1978) e de Antonio Candido (1987) relativas ao gênero memorialístico e à sua expressão nas Memórias. Seguem-se, ainda, reflexões de Leopoldo M. Bernucci e Paul Ricoeur (1999) sobre questões como ficcionalidade, historicismo e testemunho.

A segunda parte do artigo refere-se nos ascendentes maternos de Pedro Nava envolvidos na Revolução Pernambucana de 1817 e na Confederação do Crato, Ceará, em 1824. À luz desses episódios, surge o retrato sensível, mas sem concessões, de duas mulheres da família Alencar: Dona Bárbara de Alencar e Dona Maria Xavier Pereira de Carvalho Alencar, esposa de Leonel Pereira de Alencar, às quais aludem a terceira e quarta partes do estudo, que incluem escritos de descendentes da família Alencar, como Joaquim Nogueira Jaguaribe (1940) e Antônio de Alencar Araripe (1981).

## 2 A ESCRITA LITERÁRIA DE PEDRO NAVA E O PARADOXO DA IMAGINAÇÃO-MEMÓRIA

Nascido em 5 de junho de 1903, Pedro Nava era médico renomado, com sólida carreira no campo da Reumatologia quando publicou o tomo inicial da série convencionalmente referida por Memórias, composta por *Baú de Ossos* (1972), *Balão Cativo* (1973), *Chão de Ferro* (1976), *Beira-mar* (1978), *Galo-das-trevas* (1981), *O Círio Perfeito* (1983) e *Cera das Almas* (2006), cuja composição foi interrompida com a morte do autor a 13 de maio de 1984. A repercussão dos primeiros dois livros na imprensa e no mundo das letras ratificou o talento de Pedro Nava como literato. Em “Poesia e ficção na autobiografia”, palestra efetuada em Belo Horizonte em março de 1976, Antonio Candido (1987, p. 60) sintetizou a opinião da crítica literária nacional ao reconhecer em Pedro Nava, “desde o primeiro momento”, “um dos grandes escritores brasileiros contemporâneos”. Contudo, o autor publicara n’*A Revista* n° 1, edição de julho de 1925, e n° 3, edição de janeiro de 1926; em *Verde: Revista Mensal de Arte e Cultura*, n° 3, edição de novembro de 1927; na *Revista de Antropofagia*, n° 9, edição de janeiro de 1929; e no *Jornal do Commercio*, em 1936. O poema “O Defunto”, escrito em 23 de julho de 1938, foi publicado em 1946 na *Antologia de Poetas Brasileiros Bissextos*, de Manuel Bandeira; e a crônica “Evocação à Rua da Bahia”, no *Diário Carioca*, em 9 de novembro de 1952.

*Território de Epidauro* (1947) e *Capítulos da História da Medicina no Brasil* (1949), coletâneas de ensaios de teor histórico e biográfico, antecipam recursos composicionais esteticamente depurados nas Memórias, traços da “extraordinária invenção estilística” divisada na prosa naviana por Antonio Candido (1987, p. 63). Os ensaios e as Memórias

revelam erudição, “sem pedantismo”<sup>1</sup>; realce do modelo cultural e epistemológico francês; valorização do diálogo científico interdisciplinar; defesa da Medicina de viés humanista; uso frequente de analogias artísticas e literárias; suporte ao dado biográfico pela pesquisa arquivística e documental; e interesse por saberes e tradições populares.

Redigidos em estágios diferentes da vida pessoal e profissional do escritor, os ensaios foram “fabricados” na maturidade, ao final dos anos 40, época em que Pedro Nava (1995, p. 45) “[...] estava interessado num concurso para uma cadeira de história da medicina”; já o projeto das Memórias concretiza-se com a aproximação da aposentadoria e a redução das atividades do médico e docente, nos termos de Pedro Nava (2003a): “Quando senti que estava entrando nesse caminho de ficar só [...] resolvi retomar a minha tradição de mocidade. Eu tinha cultivado a literatura quando moço. E resolvi fazer uma literatura de velho, que não tinha ideia de expandir [...]”. Mas expandiu.

“As origens francesas da medicina interna brasileira”, “Apontamentos para a história das instituições ligadas ao exercício e ao ensino médico na cidade do Rio de Janeiro, à luz de alguns documentos referentes à sua fundação” e “Introdução ao estudo da história da medicina popular no Brasil” estão entre os diversos temas abordados nos ensaios. Note-se que “Médicos Suburbanos de Ontem e de Hoje”, “Uma notícia sobre Carlos Chagas e a campanha contra a peste”, “De Velpéau a Torres Homem” e “Aloysio de Castro, o Gentil-homem da Medicina Brasileira” podem ser considerados breves incursões no campo biográfico, que constitui um dos pilares das Memórias.

“Medicina e Humanismo”, discurso de recepção do Professor Aluísio de Castro proferido por Pedro Nava no Instituto Brasileiro de História da Medicina e “A Medicina de Os Lusíadas”, conferência realizada no Real Gabinete Português de Leitura (condecorada pelo governo lusitano) foram publicados na revista *Brasil Médico Cirúrgico*, respectivamente, em 1946 e 1961. Para a mesma revista, Pedro Nava redigiu “Capítulos da História da Medicina no Brasil”, separatas do Ano X (1948) e do Ano XI (1949). Já “Rio 400 Anos de Medicina” foi item da revista *Rassegna Médica e Cultural*, n. 3 (1965). Respaldados por anos de pesquisa e trabalho arquivístico, os escritos sobre a história da Medicina; o projeto não concluído da “Biografia de Torres Homem”, cujos originais encontram-se no acervo do autor na Fundação Casa de Rui Barbosa; e as Memórias evidenciam o aporte enciclopédico da obra de Pedro Nava. O plano autobiográfico desse conjunto de escritos comporta o testemunho de um observador culto e judicioso de seu tempo.

Na acepção de relato com o propósito de reconstituir o passado, o testemunho pessoal é um tipo de discurso que pode servir de fonte ao ficcionista, ao historiador e ao memorialista. É célebre a ponderação de Pedro Nava (1976, p. 166) que expõe o enfoque adotado para narrar um episódio autobiográfico da adolescência em *Chão de Ferro*: “Se eu fosse historiador, tudo se resolveria. Se ficcionista, também. A questão é que o memorialista é forma anfíbia dos dois e ora tem de palmilhar as securas desérticas da verdade, ora nadar nas possibilidades oceânicas da sua interpretação”. Cabe notar que, se

---

<sup>1</sup> Em carta datada de 6 de setembro de 1947 a Pedro Nava, Carlos Drummond de Andrade (apud VASCONCELLOS, 2018, p. 14) escreveu: “[...] este *Território*, tão inteligente, tão rico de perspectivas para o leigo, a quem você desvenda aspectos pitorescos, poéticos e humanos da medicina [...] saiu digno de você, cheio de ilustração sem pedantismo, e vazado numa forma literária gostosíssima”.

as Memórias usam excertos metalinguísticos e digressões de teor vário para introduzir conceitos-chaves, estilos de prosa, referências e pontos de vista balizadores de certa passagem, cuja essência é expressa em tom de anedota, autobiografia, biografia, conto, crônica, ensaio ou romance, é igualmente comum Pedro Nava alternar ou justapor tais gêneros com fluidez e versatilidade em uma mesma passagem. De modo análogo, o recurso da enumeração multiplica-se no texto segundo a ótica do anatomista, cronista, esteta, genealogista, literato, médico, ou ainda de suas combinações.

A fim de situar o testemunho objeto de estudo deste artigo nas Memórias de Pedro Nava, é necessário referir como o crítico literário José Adjuto Castelo Branco Chaves (1978, p. 6) dividiu o gênero memórias em duas vertentes cardinais: a dos memorialistas centrados na narrativa dos fatos, condicionando-os aos eventos da própria vida; e a daqueles que, buscando “[...] ambiciosamente traçar um vasto panorama de seu tempo aparecem nas memórias muito semelhantemente à maneira como em certos grandes painéis e alegorias oficiais se autorretratavam os pintores: um pouco apagadamente, a um dos extremos da composição”. Sob essa perspectiva, Castelo Branco Chaves aludiu comparativamente ao “valor documental” e literário do testemunho na obra memorialística:

No primeiro caso, as memórias constituem quase sempre um valioso documento histórico e, muitas vezes, humano – o que narram não esteve sujeito a uma composição de conjunto; mas exprime o que foi diretamente observado e sentido; no segundo, podem tais memórias constituir obra de grande arte literária se o seu autor é um artista de superiores aptidões, mas o valor documental, por via de regra, não corresponde à extensão do panorama, havendo necessariamente partes da composição que não foram nem vividos nem observados pelo memorialista. (CHAVES, 1978, p. 6-7).

Quanto ao modo de reconstituir fatos pretéritos como “[...] partes da composição que não foram nem vividos nem observados pelo memorialista”, as observações de Castelo Branco Chaves ajustam-se às de Antonio Candido sobre o elemento ficcional e o histórico nas Memórias navianas:

Nos seus dois livros a autobiografia desliza para a biografia, que por sua vez tem aberturas para a história de grupo, da qual emerge em plano mais largo a visão da sociedade, traduzida finalmente numa certa visão do mundo. O motivo dessa transfiguração do dado básico é sem dúvida o tratamento nitidamente ficcional, que dá ares de invenção à realidade, transpondo para lá deles mesmos o detalhe e o contingente, o individual e o particular. (Candido, 1987, p. 60).

Ao definir que “[...] memórias não são meras autobiografias [...] porque nas memórias, exatamente como na vida, os fatos individuais e até mesmo os sentimentos e paixões estão inscritos nos fatos históricos e sociais que lhes condicionam as manifestações”, Castelo Branco Chaves (1978, p. 7) complementa a ideia de Antonio Candido (1987, p. 50) de que memórias, “[...] mesmo quando não acrescentam elementos imaginários à realidade, apresentam-na no todo ou em parte como se fosse produto da imaginação, graças a recursos expressivos próprios da ficção e da poesia, de maneira a efetuar uma alteração no seu objeto específico”. Dados extraídos de arquivos pessoais e

familiares, de pesquisa bibliográfica e de fontes orais são componentes narrativos lapidados por uma escrita literária que atribui cunho novelesco a muitos episódios das Memórias. Nesse ponto, deve-se notar que o autor pode graduar a ficcionalização do discurso em determinadas passagens.

Refira-se, no comentário a seguir, um fundamento comum aos processos de ficcionalização e de reconstituição do passado definidos nas digressões de Pedro Nava (1974, p. 41): “Com mão paciente vamos compondo o *puzzle* de uma paisagem que é impossível de completar porque as peças que faltam deixam buracos [...] como vitrais fraturados”. Associando tal asserção ao uso de evidências (arquivos, documentos e relatos orais) em narrativas sobre o passado, é válido afirmar que ficcionista, historiador e memorialista buscam preencher as lacunas deste “*puzzle*” por vários caminhos. Embora, nos termos de Antonio Candido (1987, p. 53), as Memórias empreguem um discurso narrativo passível de ser lido “como se fosse ficção”, esse discurso tem por substrato histórias de vida de pessoas reais e não de personagens concebidas exclusivamente pela imaginação.

Paul Ricoeur (1999a, p. 15, grifo do autor) abordou o problema da fronteira entre imaginação e memória recordando que, em *Psychology of Imagination* (1948), Sartre afirma que a imaginação alude ao irreal e a memória alude ao passado (real). Assim, a memória pressupõe um posicionamento sobre um ato ou evento, enquanto a imaginação engendra uma irrealização da história. Embora tal distinção seja questionável, conduz ao reconhecimento de dois enfoques opostos sobre o passado, como “real” e “irreal”. Nesse sentido, a memória está para a percepção como a imaginação para a ficção. Mas ambas comumente se entrecruzam. Ricoeur citou o exemplo do historiador que ignora a questão da verdade “factual” para lembrar a razão da “memória histórica” fundar-se em evidência arquivística e documental. Ponderando se não seria paradoxal obter um equilíbrio entre o enfoque de uma narrativa recontada (que desperta horror ante o ocorrido) e o de um distanciamento científico, crítico e objetivo (que informa os “fatos” do ocorrido), Ricoeur arguiu que o paradoxo não está do lado da memória, mas da imaginação, portadora de duas funções: levar-nos para fora do mundo real – para mundos possíveis ou irreais – e expor memórias “ante nossos olhos”, tópico exposto por Bergson no segundo capítulo de *Matéria e Memória* (1896), o qual afirma que a memória sendo, em essência, virtual, deve ser trazida de volta ao campo da consciência “como” uma imagem. Esta é a razão, afirmou Ricoeur, por que escrever história como memória é tão difícil, lidando-se com memórias-imagens em que a imaginação funciona como um tipo de *mise-en-scène* do passado.

Desse modo, segundo Ricoeur (1999a, p. 16, grifo do autor), a realidade da história é tornada “visível” através de imagens, o que faz da memória uma reprodução, um tipo de segunda produção. Ao mesmo tempo, a diferença entre real e irreal “persiste” e o paradoxo da imaginação-memória ainda é enigmático (*puzzling*). Para Spinoza, a memória seria uma província da imaginação. Pascal e Montaigne consideraram-na uma forma de imaginação, da qual é preciso resguarda-se. Partindo dessas reflexões, Ricoeur conferiu ao testemunho a definição de elo definitivo entre memória e imaginação, pois a testemunha pode dizer: “Eu fiz parte da história, eu estive lá”. Simultaneamente, a testemunha conta uma história que é uma apresentação vívida, e assim deflagra a capacidade da imaginação situar os eventos ante nossos olhos, como se estivéssemos lá. O testemunho pode ser um

meio de suscitar, juntas, memória e imaginação, instaurando assim uma atualização do passado.

Ao prefaciar *Os Sertões* (1902), Leopoldo M. Bernucci analisou os efeitos e as implicações da “linguagem da ficção” utilizada por Euclides da Cunha, observando a ótica do narrador que integra relatos de primeira e segunda mão ao próprio testemunho para oferecer uma versão dos eventos:

O problema da verossimilhança em *Os Sertões* é complexo e não muito fácil de resolver, mas é ele também que justamente nos brinda com um ângulo que nos permite iniciar uma discussão em torno da linguagem da ficção no livro. Sendo impróprio, a meu ver, considerar essa obra como livro ficcional, não seria incorreto, entretanto, buscar nela um dos seus discursos mais tonificantes, aquele que imita o da ficção. Veja-se que com isso o livro *não* se ficcionaliza, porque ocorre que nele se opera apenas um “empréstimo” mais de linguagem [...] Para que *Os Sertões* fosse considerado obra de ficção, digamos um romance, para oferecer um exemplo extremo, teria que haver passado, pelo menos, por um processo de ficcionalização de *todos* os seus discursos, processo que somente teria cabido a Euclides decidir ou ajuizar. A ficcionalidade de um livro independe da vontade de um determinado leitor de querer ou não considerá-lo como tal. (Bernucci, 2004, p. 42, grifo do autor).

As Memórias estão repletas de testemunhos. O excerto a seguir pertence à primeira parte de *Baú de Ossos*, denominada “Setentrião”, capítulo biográfico sobre a família paterna do autor. Pedro Nava incluiu-o em um episódio biográfico que reproduz memórias colhidas de Dona Ana Cândida Pamplona da Silva Nava (Nanoca). A passagem ilustra como o memorialista ficcionaliza a história de um parente distante do qual não pôde obter muitos dados. Entre os informes transmitidos em família, Pedro Nava teria posto em relevo, usando o recurso da enárgeia, traços do biografado que evocam protótipos do herói byroniano, a exemplo do sombrio Carlos Grandet, em *Eugênia Grandet* (1834), de Honoré de Balzac; e do passional Heathcliff, em *O Morro dos Ventos Uivantes* (1847), de Emily Brontë, personagens novelescos que experimentaram a condição de pária e a de mercenário, para ressurgir, de modo explícito no caso de Carlos, com fortuna originada do tráfico de escravos:

A história desse bandido familiar era assunto tabu. Tão tabu que eu que a ouvi, em 1922, de minha avó Nanoca, só pude colher o que ela adivinhara fragmentariamente do flibusteiro. Era certamente seu tio-avô, mas ela própria não sabia bem se se tratava de um irmão de Dona Chica do Aracati ou de seu marido João Tibúrcio Pamplona, de Dona Antônia Teresa da Costa Barros, ou de seu marido Manuel Joaquim Palácio. Sabia mal-mal da lenda cochichada desse carneiro preto que nascera, inexplicavelmente, numa família inimiga de brutalidades, decorosa, cheia de probidade e cultuando com esmero as virtudes civis. Ele era belo e violento como um demônio adolescente e desde menino-e-moço envergonhava os parentes e prometia-se às galés ou à força do Ceará colonial com suas rixas, suas serenatas, suas bebedeiras, sua jogatina, suas trepadas em solteiras e casadas. Sumira um dia e regressara anos depois, atochado de dobrões e falando escancaradamente como os ganhara – correndo os mares e vendendo negros. Desmoralizara a família durante algum tempo, para desaparecer novamente e voltar muito mais tarde, sempre cheio de histórias do curso, dos portos das Caraíbas, da Nova-Orleans e da costa d’África que frequentara nas suas andanças de

negreiro<sup>2</sup>. Sempre blasfemando e cantando, sempre espancando e ferindo, sempre chegador às mulheres, sempre dando dinheiro a todo o mundo, mascando fumo, cuspidando, mandando, às gargalhadas, quem quisesse ou não quisesse ir: tomar no lasqueiro, à berda-merda ou à puta-que-o-pariu! – canalha como tudo e simpático como ninguém. Um belo dia foi-se pela terceira vez e para sempre. Jamais se soube em que sertão da Guiné ele terminara azagaiado ou em que mastro de corveta inglesa ele teria sido pendurado pelo pescoço até que a morte sobreviesse... E possa o Senhor ter tido misericórdia com sua alma. (Nava, 1974, p. 52-53).

Balzac também retratou modelos de êxito econômico da história marítima colonial em dois personagens de *A Mulher de Trinta Anos* (1831), o oportunista Victor d’Aiglemont que, arruinado financeiramente, recupera a fortuna em viagem à América; e o misterioso pirata raptor de Helena, filha de Aiglemont. Além desses estereótipos literários, o “flibusteiro” familiar parece reter traços de protagonistas dissolutos de Edgar Allan Poe, como o jovem barão de “Metzengerstein” (1832) e o duplo hostil de “William Wilson” (1839). Ao compor esse perfil, Pedro Nava (1974, p. 243) teria utilizado o mesmo recurso de adaptação de motivos da balada ibérica “Juliana e Dom Jorge”: “O fato é que ela chegou a Minas e era cantada pela Rosa<sup>3</sup>, que transformava o castelo peninsular consentâneo à tragédia, num sítio do Paraibuna e o cavaleiro Dom Jorge num peão matuto”.

De “memória prodigiosa”, “canhenho vivo”, Rosa sabia “todas as histórias de Andersen, Perrault e dos irmãos Grimm”, personificando, na tipologia de Walter Benjamin (1994, p. 198-199), o narrador “[...] que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições”; e, segundo Ricoeur (1999b, p. 5), o acervo de conhecimentos e experiências que a memória retém e transmite sobre o passado. Neste âmbito, em que se exercita a transmissão da memória, Ricoeur (1999c, p. 21) contrastou o aporte da recordação de um repertório ficcional ao da recordação histórica, é nesta última esfera que se inclui o testemunho analisado neste estudo.

### 3 OS ALENCAR

A história da família Alencar é narrada a partir do parentesco com os Jaguaribe. Joaquim José Nogueira Jaguaribe, avô materno de Pedro Nava, era filho de Domingos José Nogueira dos Santos. Este substituiu o sobrenome Santos por Jaguaribe, referiu Pedro Nava (1974, p. 170), “durante seus estudos de Direito na Faculdade de Olinda. Nativismo.” Em 1842, aos vinte e dois anos, Domingos Jaguaribe desposa Dona Clodes Alexandrina Santiago de Alencar. Após 1845, atua como promotor público em Sobral e Fortaleza; como deputado provincial e presidente da Assembleia cearense. Mais tarde, torna-se juiz de Direito em Inhamuns, Crato e Sobral. “Em 1867, parte para o Sul e é auditor de Guerra junto às tropas brasileiras em campanha no Paraguai. (...) Volta do

<sup>2</sup> A descrição recorda uma das duas grandes famílias de narradores teorizados por Walter Benjamin (1994, p. 198-199): “Quem viaja tem muito o que contar”, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe [...] os marujos foram os primeiros mestres da arte de narrar”.

<sup>3</sup> Registro de costumes remanescentes da escravidão, a história de “Rosa, rosa negra, Rosa de Lima Benta”, surge nas memórias de infância de Pedro Nava (1974, p. 239), entre as “crias da casa” de D. Maria Luísa, avó materna do autor.

Paraguai para assumir a cadeira de Senador do Império para que fora eleito naquele ano de 1867”, narrou Pedro Nava (1974, p. 170-171) em *Baú de Ossos*. Pela atuação no Paraguai, é designado para ocupar a pasta da Guerra no vigésimo sexto gabinete do Segundo Reinado, testemunhando a promulgação da “lei do ventre livre”, a 28 de setembro de 1871. Pedro Nava relacionou o episódio à história cotidiana.

Aspectos sugestivos do perfil psicológico e profissional de Domingos Jaguaribe emergem da crônica familiar. Na criação desse retrato, uma série de temas e imagens orbitam a figura do bisavô, como “as instituições da Pátria”, o “cativeiro”, “a compensação do sacrifício de ser ministro”, o “sacrifício” de “suas filhas, sua mulher e mais parentas, agregadas e criadas”, a sala de jantar tornada *atelier* de mulheres laboriosas, a influência de José Maria da Silva Paranhos e o gesto do Imperador:

Jaguaribe, que já declarara uma vez no Parlamento que preferia que ruíssem as instituições da Pátria a vê-las sustentadas pelo cativeiro, teria fruído nesse dia a compensação do sacrifício de ser ministro. Sacrifício aqui não é palavra vã, mas a expressão exata. Sacrifício. Sacrifício material que ilustro com a anedota que ficou na nossa família. Rio Branco, que era seu amigo íntimo, entrava na casa de Jaguaribe sem bater e pela porta que estivesse aberta. Certa vez, penetrando assim na sala de jantar do seu ministro da Guerra, encontrou suas filhas, sua mulher e mais parentas, agregadas e criadas, todas curvadas sobre as máquinas que transformavam aquela dependência doméstica num *atelier* de costura. Informando-se de que tanta roupa era aquela que se fazia, Paranhos teve de Jaguaribe a resposta de que, para manter-se no nível pedido pela dignidade de ministro, tinha de fazer a família trabalhar. Rio Branco referiu o caso ao Imperador, que passou a pagar do seu *bolsinho* o “a mais” necessitado pelo político austero e pobre. O caso vale. É documento de uma época de respeito pelo dinheiro público. Após a Abolição, a 18 de julho de 1888, ele recebeu o título de Visconde de Jaguaribe, com Grandeza. Faleceu a 5 de junho de 1890, na esquina de Ouvidor e Gonçalves Dias. (Nava, 1974, p. 171-172, grifo do autor).

Na condição de bisneto de Domingos Jaguaribe, ouvindo recordações, comentários e casos repetidos em família, Pedro Nava teve acesso a informes biográficos que a prosa do memorialista pode descrever com certo lirismo, ausente na escrita do historiador convencional. Nesse sentido, Pedro Nava transcreve com poesia detalhes fornecidos pelo testemunho de sua mãe, Dona Diva Mariana Jaguaribe Nava, como pormenores da “chácara suburbana”, do cotidiano, da religiosidade, dos hábitos e tradições culturais que a família do Visconde de Jaguaribe preservava da terra natal:

Muitas vezes ouvi minha Mãe evocar a chácara suburbana do avô. Suas mangueiras, cajazeiras, sapotizeiros, abieiros, tamarindeiros de copas ramaralhando à aragem carioca. Seu jardim cheio de bolas de vidro colorido e de bancos de ferro pintados de claro. O caramanchão de alvenaria imitando galhos, todo incrustado de conchas, entrelaçado de jasmims e debruçado sobre a rua. A capela onde oficiava o Cônego Braveza e onde entravam revoadas de pássaros. A casa simples e enorme, cheia de primos, de primas, de gritos infantis, de cantigas de moças e marteladas de araponga. A mesa imensa e farta, onde se sentavam com a família todos os cearenses protegidos por Jaguaribe. Ele dava-lhes o prato, a rede, a roupa, o fumo, o emprego. Encarreirou um cem número de moços de sua província. Minha Mãe referia sempre um deles – o mais desmazelado, o mais urso, o mais áspero, o mais filósofo, o mais intonso, chamava-se Capistrano de Abreu. (Nava, 1974, p. 172).

Pedro Gomes de Matos (1953, p. 70), principal biógrafo de Capistrano de Abreu, descreveu o apreço dedicado pelo historiador à família de “Domingos Jaguaribe, afeição de meninice iniciada no Ceará” e à família de Mário de Alencar: “Neste revivia José de Alencar, o primeiro amigo e o protetor que encontrara no Rio ao chegar do Ceará”. Pedro Nava explicou a origem da amizade entre ambas as famílias, que teve início por ocasião do matrimônio de Domingos Jaguaribe:

Casando-se com Dona Clodes Alexandrina, o Jaguaribe aliou-se a outra família genuinamente do povo – os Alencar. (...) Sobre a origem da família Alencar, dizem, não sei se apenas por analogia do nome, que eram de Alenquer, no Reino. Alencar de Alenquer, como em Eça de Queiroz... Começam com um Martinho Pereira Rego, casado com Dona Dorotéia de Alencar, pais de Leonel Pereira de Alencar Rego, português estabelecido no Crato mais ou menos em 1725 e que foi casado com Dona Maria de Assunção de Jesus. Que sangue teria esse Alencar? De colono? De degredado? De puro lusíada ou cristão-novo? Fosse qual fosse foi o radiante sangue – realgar e fogo vivo – transmitido aos heróis de 1817 e 1824. A seus netos Bárbara e Leonel Pereira de Alencar. Do marido de Dona Bárbara conhece-se o nome e quase nada da sua vida, de tal modo o marimacho dominou a cena em sua família e sua terra. Velha, quando um irreverente lhe perguntou por que entrara em guerra e se não era, porventura para ser rainha, ela respondeu escandalizada que isso não, porque o que queria era ser Rei... (Nava, 1974, p. 173-175).

As formas de narrar da biografia literária e da historiografia originam-se de abordagens e de métodos diversos. Nas Memórias, os episódios sobre Dona Bárbara e Dona Maria Xavier contêm nuances de um tipo de discurso comum à biografia histórica<sup>4</sup>: o memorial biográfico, usualmente dedicado a pessoas notabilizadas por feitos patrióticos, políticos e militares. Ao comentar o valor historiográfico do *Memorial Biográfico do Comendador José Rodrigues Leite Pitanga* (1912), do advogado e político alagoano Francisco de Paula Leite e Oiticica, Luiz Sávio de Almeida (2008, p. 50) propõe duas vertentes para o memorial biográfico, análogas às de Castelo Branco Chaves (1978, p. 6) sobre o memorialista centrado na própria história e aquele focado na história de seu tempo: assim, se “Leite e Oiticica concentrava seu texto em Rodrigues Pitanga”, em outros memoriais, o biografado:

*[...] será apenas uma referência direta a uma sociedade [...] mantido como linha condutora da narrativa, mas esvanecendo-se como figura central para que a sociedade [...] tenha a posse dos fundamentos do Memorial. Desse modo, uma biografia vai assemelhar-se a uma sociografia, uma escrita sobre uma sociedade [...] enquanto a primeira busca especialmente a singularidade de uma vida, a segunda busca a singularidade de uma sociedade.* (Almeida, 2008, p. 50).

Essas vertentes memorialísticas espelham os enfoques de duas linhas interpretativas do texto biográfico na historiografia, referidas pelo historiador Alexandre

<sup>4</sup> Para Avelar (2007, p. 50, grifo do autor): “O que se assiste atualmente não seria uma descoberta dos relatos individuais como matéria da história, mas sua retomada sob o fogo cerrado da crítica à ‘história totalizante’ e ao pressuposto de que o sentido das ações humanas seria um subproduto das forças produtivas e/ou dos meios culturais”. O interesse da historiografia pela biografia apreende: a “vida do biografado e seu meio ou contexto social”, “a possibilidade de entender uma época através das lentes de um indivíduo”, bem como “a forma de construção da narrativa biográfica”.

de Sá Avelar (2007, p. 46) como: “o interesse por trajetórias individuais”, no qual, segundo arguiu Roger Chartier (1994, p. 98 apud Avelar, 2007, p. 50): “O objeto da história, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias e os indivíduos”; e o interesse voltado “[...] ao estudo dos processos coletivos humanos, à análise das estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais que definissem as tendências evolutivas dos grandes grupos e das classes sociais”. As reflexões de Avelar e Almeida remetem à ideia de Ricoeur (1999a, p. 16) do “dever de memória” de cada geração na interpretação do passado. Note-se, nesse sentido, os vários textos sobre a história dos Alencar redigidos por descendentes, incluindo Pedro Nava.

#### 4 “A BELONA DA REVOLUÇÃO DE 1817”

Entre os documentos relacionados à família Alencar no arquivo de Pedro Nava depositado na Fundação Casa de Rui Barbosa encontra-se uma carta da Professora Doutora Aline de Alencar Barreira, datada de 25 de março de 1975, contendo, segundo Eliane Vasconcellos (2001, p. 96): “Pedido de dados genealógicos de D. Bárbara de Alencar, citada no *Bau de Ossos*”. Ricoeur (1999, p. 9) conferiu à memória o dever de transmitir as lições do passado às futuras gerações, dever que supõe a função de resguardar do esquecimento histórias individuais e coletivas de um grupo ou família. Na crônica “Rachel de Queiroz, uma flor”, publicada no jornal *O Povo*, em 3 de abril de 2009, a escritora Ana Miranda (2019, n.p.) sugere a ideia de tributo nessa transmissão: “Rachel tinha curiosidade sobre meu processo de pesquisa, fazia perguntas e me deu uma trinca de livros antigos sobre dona Bárbara do Crato [...] passando-me o compromisso de escrever um romance sobre a vida dessa heroína republicana, e sua antepassada”. Miranda recordou o episódio na crônica “Dona Bárbara do Crato”, publicada igualmente em *O Povo*, a 24 de fevereiro de 2012:

Eu ainda morava no Rio, ano de 1995, era vizinha de Rachel de Queiroz, e numa das visitas que lhe fiz, ela me falou de Dona Bárbara do Crato. Era a primeira vez que eu ouvia esse nome, e dona Bárbara entrou na minha vida pela voz de Rachel, que falava com fascínio em sua antepassada, mãe do padre Martiniano de Alencar, avó do romancista José de Alencar, e trisavó da escritora. Naquele dia Rachel me entregou uma preciosidade da família, o livro *Dona Bárbara do Crato*, de Juarez Aires de Alencar, com a recomendação de que eu escrevesse um romance histórico sobre a heroína republicana. (Miranda, 2019, n.p.).

A história de Bárbara de Alencar envolve a dos movimentos políticos de 1817 e 1824. Casada com José Gonçalves dos Santos, teve três filhos: Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, José Carlos dos Santos e José Martiniano de Alencar. O casal estabeleceu-se em uma fazenda do Crato, Ceará. Ao comentar os fatos que testemunhou em 1817, o historiador Francisco Muniz Tavares (2017, p. 249-250) aludiu brevemente à prisão da “senhora pernambucana viúva”. Já o historiador Francisco Augusto Pereira da Costa transcreveu parte da carta redigida pelo naturalista Manuel Arruda da Câmara (1752-1810), no dia de sua morte, em Itamaracá, ao Padre João Ribeiro Pessoa de Melo

Montenegro. Datada de 2 de outubro de 1810, à feição de testamento político-ideológico, a “Carta de Itamaracá” refere os Alencar e convicções endereçadas aos futuros revolucionários de 1817:

Conduzam com toda a prudência a mocidade em seus inspiros para que nenhuma província a exceda. Tenham todo o cuidado no adiantamento dos rapazes Francisco Muniz Tavares, Manuel Paulino de Gouveia, José Martiniano de Alencar e Francisco de Brito Guerra; como assim acabem com o atraso da gente de cor, isto deve cessar para que, logo que seja necessário se chamar aos lugares públicos, haver homens para isto, porque jamais poderá o Brasil progredir sem eles intervirem coletivamente em seus negócios; não se importam com essa acanhada e absurda aristocracia cabundá, que há de sempre apresentar fúteis obstáculos... D. Bárbara Crato devem olhá-la como uma heroína... (Câmara apud Costa, 1983, p. 101).

Pereira da Costa (1983, p. 99-100) conectou a “Carta de Itamaracá” ao Aerópago, associação política fundada por Arruda da Câmara em 1796, na povoação de Itambé, entre Pernambuco e a Paraíba. Incentivando a independência de Pernambuco, incluem-se nessa sociedade secreta nomes vinculados à Revolução Pernambucana de 1817, a exemplo de Francisco de Paula de Albuquerque Montenegro, André Dias de Figueiredo e os padres Antônio Félix Velho Cardoso, Antônio de Albuquerque Montenegro, José Pereira Tinoco e João Ribeiro Pessoa. Desse modo, naquela carta:

Quase toda aquela gente mencionada nos transcritos trechos, e que fez parte do Aerópago, tomou parte depois na revolução de 1817; e essa D. Bárbara Crato de quem fala o sábio naturalista, é a D. Bárbara Pereira de Alencar, mãe do Padre José Martiniano de Alencar, naturalmente pernambucana, porquanto, registrando o seu nome o Padre Dias Martins, na sua obra, diz que ela era – “viúva nos sertões de Pernambuco, mas domiciliada na vila do Crato, no Ceará” (Costa, 1983, p. 101, grifo do autor).

Dona Bárbara de Alencar não é a única mulher de personalidade dominadora biografada nas Memórias. Outras duas ascendentes no ramo da família materna de Pedro Nava eclipsaram a figura dos maridos, a primeira, Dona Lourença Maria de Abreu e Mello, mãe do tropeiro Luís da Cunha; a segunda, filha de Luís da Cunha, Dona Maria Luísa da Cunha Pinto Coelho Jaguaribe (Inhá Luísa):

Se quase não ficou lembrança do Capitão José Luís Pinto Coelho da Cunha, pai de Luís da Cunha – de sua mãe, a matriarca Dona Lourença Maria de Abreu e Mello, transmitiram-se várias reminiscências. Sua forte personalidade é presença nos seus descendentes (...) Ela que só teve o tu ou o você dos avós, dos pais e do marido, exigia o dona de todo mundo e do resto da família. Minha mana Dona Lourença, minha mãe Dona Lourença, minha tia Dona Lourença, minha avó Dona Lourença – era como intransigentemente gostava que a tratassem. Os casamentos das filhas e dos filhos eram todos escolhidos por ela. Nada de pobretões. Nada de gatinha. Lé com lé, cré com cré. Assim foi organizando enlaces, fazendo alianças, somando fortunas, mantendo puro o sangue que ela considerava o mais limpo de Minas. Até que era. (Nava, 1974, p. 154, grifo do autor)

Deliberar sobre a sociedade, a família e a educação da mulher em um sistema de valores que favorecia o patriarcado é questão inerente aos perfis biográficos de Dona Bárbara, Dona Lourença e Dona Maria Luísa. O retrato desses perfis nas Memórias expõe forças econômicas e políticas em conflito sobre o destino do regime escravocrata, já em

declínio. Nesse contexto, Pedro Nava relata episódios atinentes à história do cotidiano da mulher do século XIX nas esferas pública e privada:

Enquanto ele [o marido Jaguaribe] cantava em outras freguesias, minha avó envelhecendo de raiva e despeito, levava vida heroica em Juiz de Fora. Dotada de um faro incomum para os negócios, econômica até a avareza (...) Nessa luta é que ela endurecera mais, enfeara, engordara, tornara-se mais áspera, mais altaneira. Apurara a braveza dos Pinto Coelho e era um Luís da Cunha de anáguas. Desinteressara-se do Jaguaribe. (...) As negras lhe tomavam a bênção. (...) Os vizinhos tratavam-na com a circunspeção e as cautelas de quem mora ao lado de fábrica de dinamite dirigida por um mentecapto. (...) Vivia gritando. Já! Por aqui! Vamos com isso! Era uma verdadeira fera... Pois assim mesmo velha, feia, indiferente e distante a Inhá Luísa tinha uma autoridade imanente, uma imposição natural e uma majestade espontânea que me fascinavam. (Nava, 1977, p. 19-20).

Considerando tais perfis femininos, recorde-se que, em *Sobrados e Mucambos* (1936), Gilberto Freyre (1987, p. 96) avaliou a função social culturalmente esperada da mulher no espaço familiar e na arena pública, do século XVII ao XIX, destacando a ideia de poder como projeção espacial e temporal das aspirações de um grupo. Estereótipos e imagens idealizadas geraram representações antagônicas da mulher: “[...] em criatura franzina, neurótica, sensual, religiosa, romântica, ou então, gorda, prática e caseira, nas sociedades patriarcais e escravocráticas”. Na historiografia e literatura, a imagem de mulheres ditas ilustres, fortes, heroicas, “quase rainhas”, permanece dignificada, tendo por contrapeso a “machona”, o “marimacho”, a “megera”, “verdadeira fera”:

[...] através de toda a época patriarcal, houve mulheres, sobretudo senhoras de engenho, em quem explodiu uma energia social, e não simplesmente doméstica, maior que a do comum dos homens. Energia para administrar fazendas, como as Donas Joaquinas do Pompeu; energia para dirigir a política partidária da família, em toda uma região, como as Donas Franciscas do Rio Formoso; energia guerreira, como a das matronas pernambucanas que se distinguiram durante a guerra contra os holandeses, não só nas duas marchas, para as Alagoas e para a Bahia, pelo meio das matas e atravessando rios fundos, como em Tejucupapo, onde é tradição que elas lutaram bravamente contra os hereges. (...) As senhoras de engenho, desse feito amazônico, embora mais femininas de corpo, não foram raras. Várias famílias guardam a tradição de avós quase rainhas que administraram fazendas quase do tamanho de reinos. Viúvas que conservaram e às vezes desenvolveram grandes riquezas. Quase matriarcas que tiveram seus capangas, mandaram dar suas surras, foram “conservadoras” ou “liberais” no tempo do Império. Tais mulheres que, na administração de fazendas enormes, deram mostras de extraordinária capacidade de ação (...) dando ordens aos negros, tudo com uma firmeza de voz, uma autoridade de gesto, uma segurança, um desassombro, uma resistência igual à dos homens – mostraram até que ponto era do regime social de compressão da mulher, e não já do sexo, o franzino, o mole, o frágil do corpo, a domesticidade, a delicadeza exagerada. Mostraram-se capazes de exercer o mando patriarcal quase com o mesmo vigor dos homens. Às vezes com maior energia do que os maridos já mortos ou ainda vivos porém dominados, excepcionalmente, por elas. (Freyre, 1996, p. 95).

Em *Os Mártires Pernambucanos* (1853), o Padre Joaquim Dias Martins expôs o papel político da família Alencar nos eventos de 1817 e 1824, revestindo a história e a imagem de Dona Bárbara de Alencar de uma aura dramática. Segundo informa o relato do Padre Martins (apud Tavares, 2017, p. 249): “O que se seguiu daí para diante causa horror. A mãe de Alencar, D. Barbara Pereira de Alencar, respeitável senhora pelos seus dotes

físicos e pela sua família, até ela foi presa e enviada aos cárceres da Bahia”. Em *Baú de Ossos*, a narrativa de Pedro Nava também possui dramaticidade:

Foi a Belona da revolução de 1817 e por isso sofreu, foi presa, curtiu cadeia e viu morrer seu filho Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. Ele caiu no dia 31 de outubro de 1824, em refrega bruta e rápida. [...] Por ele, Dona Bárbara foi avó do Conselheiro Tristão de Alencar Araripe e bisavó do crítico Araripe Junior. Outro bisneto de Dona Bárbara era o Almirante Alexandrino. Também filho de Dona Bárbara era o Padre José Martiniano de Alencar. Dele e de sua prima-irmã Ana Josefina, nasceu o grande romancista José de Alencar. Dona Ana Josefina era irmã de minha bisavó Clodes. (Nava, 1974, p. 175).

No artigo, em tom de memorial biográfico, “José de Alencar – Notas de família”, o advogado e jornalista *Antônio de Alencar Araripe*<sup>5</sup> (1981, p. 66, grifo do autor) relata que *Tristão Gonçalves*, “[...] por sentimento nativista, substituiu o sobrenome ‘Pereira de Alencar’ por ‘Alencar Araripe’”. Conforme referido pelo historiador Manuel Correia de Andrade Mello (1956, p. 357): “No Ceará também a revolução fracassara e seus principais chefes haviam morrido, como Tristão de Alencar, ou haviam sido aprisionados”. *Após a revolução de 1824*, José Martiniano Pereira de Alencar foi conduzido a Minas e ao Rio, permanecendo detido até 1829. Elegeu-se senador em 1831; e foi nomeado presidente do Ceará de 1834 a 1837 e de 1840 a 1841. Faleceu em 1860. Dois anos antes:

Em 1858, fazendo-lhe o perfil biográfico, escrevia o filho já ilustre, José de Alencar: “Poucas existências há no Brasil tão cheias de vicissitudes como a sua; poucos homens passaram por tão duras provanças e acompanharam a revolução da independência do seu país, desde o primeiro balbuciar deste povo, ainda menino, e já respirando a liberdade, até o momento em que o arrefecimento da luta e a calma dos espíritos extinguiram os antigos Partidos”. (Araripe, 1981, p. 70, grifo do autor).

Nas Memórias, a história das revoluções de 1817 e 1824 segue percurso biográfico, narrando a participação do clã Alencar, sobretudo de Dona Bárbara, comparada à imagem mítica da Belona, deusa romana da guerra, irmã de Marte, para incidir no testemunho de Dindinha e na história de Dona Maria Xavier. Tal forma de narrar conduz a outro ângulo da história, apresentado a seguir.

## 5 DONA MARIA XAVIER PEREIRA DE CARVALHO ALENCAR

O historiador Louis A. Pérez Jr. (2017, p. 2) analisou como questões ligadas à construção de uma identidade e soberania nacional orientaram produções culturais durante os séculos XIX e XX. A mulher, por exemplo, obteve presença de relevo na historiografia ao desempenhar papel ativo no projeto da “pátria”. Assim, parte da história da escravidão, da história das ideias, da literatura, em síntese, de todos os gêneros do conhecimento histórico, teria sido configurada como subtexto da narrativa matricial da

<sup>5</sup> Antônio de Alencar Araripe (1981, p. 74) é filho de Otaviano Cícero de Alencar Araripe; neto de Pedro Jayme de Alencar Araripe, “com descendência numerosa no Cariri e em Mombaça”; e bisneto de Tristão Gonçalves Pereira de Alencar Araripe, e este, “[...] filho de Bárbara, mártir republicano, morto pelos imperialistas, tio de José de Alencar”.

nação. Na memorialística, tal viés pode integrar a história pessoal, pelo registro autobiográfico. Na biografia, pode revestir-se das histórias de outras vidas, narradas como afluentes da história pátria: tal modo de narrar constituiria “uma história dentro da História”.

A reflexão de Pérez Jr. seria complementar à do crítico literário Roberto González Echevarría (1990, p. 11-12), segundo o qual, desde o século XVIII, todas as formas da narrativa, sobretudo a novela, tiveram de competir com um modelo criado ou adaptado, primeiro, pelas ciências naturais e, logo, pelas ciências sociais. O autor do século XIX, a exemplo de Balzac, Galdós, Dickens, Zola e Euclides da Cunha, tornou-se analista e teórico de seu tempo. Assim, a narrativa adotou a forma de um novo discurso hegemônico: o da ciência, mais especificamente, o discurso da consciência científica que expressa a si mesma na linguagem de expedicionários em missões de reconhecimento e de conquistas territoriais. Os naturalistas eram os novos cronistas. As crônicas de conquista eram documentos legais. Na América, a narrativa desenvolveu-se tendo por parâmetro a história literária europeia. Segundo Echevarría (1990, p. 12), o discurso hegemônico adotado pela memorialística não foi o literário, mas o científico, firmado no constructo ideológico que sancionava sua difusão.

Até mesmo produções ficcionais teriam tido por princípio norteador um repertório de textos descritivos e narrativos sobre a realidade, validados socialmente, sistema a que Echevarría (1990, p. 18-24) atribuiu a definição de “arquivo”. O arquivo produz uma versão exclusiva do passado, elegendo formas de documentação e de materiais textuais. A ordem que prevalece no arquivo não é aquela meramente cronológica, mas a da escrita seletiva, determinada por rigoroso processo de inscrição e decodificação, processo linear de cancelamentos e substituições de lacunas. A reflexão a seguir ajusta-se à de Echevarría, sendo as “lacunas” das Memórias preenchidas pela imaginação:

Com Pedro Nava entramos num terreno mais próximo da autobiografia propriamente dita, porque a sua obra é em prosa franca, de composição corrida e compacta, baseada em longas sequências narrativas logicamente dispostas e engrenadas segundo uma necessidade, não linear, por certo, mas cronológica. Confinado nos limites da sua memória, com a vontade tensa de apreender um passado que só lhe chega pelo documento e por pedaços da memória dos outros, o Narrador penetra simpaticamente na vida dos antepassados e dos parentes mortos, no seu ambiente, nos seus hábitos, e não tem outro meio de os configurar senão apelando para a imaginação. Desse modo, sobretudo em *Bau de ossos*, o relato adquire um cunho de efabulação e o leitor o recebe como matéria de romance. (Candido, 1987, p. 60).

No plano da biografia histórica, Avelar (2007) referiu um procedimento de reconstituição do contexto de eventos e situações, que busca preencher lacunas documentais com informes alusivos ao período em que viveu o biografado. O recurso permite a criação de hipóteses pelo conhecimento do contexto, e auxilia a investigação da história e personalidade de indivíduos em casos de escassez de documentos. Para Carlo Ginzburg (1989 apud Avelar, p. 54, grifo do autor), tal recurso não visa conciliar o “verdadeiro” e o “inventado”, mas o real e o possível, mantendo sempre a distinção entre “verdadeiro” e “verossímil”, “prova” e “possibilidade” ao compor a narrativa do passado.

Que narrativas compõem a história dos Alencar nas Memórias? Além de escritos produzidos por membros das famílias Alencar e Jaguaribe e de publicações oficiais, historiográficas, disponíveis à época da redação de *Baú de Ossos e Chão de Ferro*, Pedro Nava cita relatos orais dos avós e parentes próximos. Matheus Nava, sobrinho-neto do escritor, aludiu à contribuição de Dona Anna Jaguaribe da Silva Nava, irmã de Pedro Nava: “Era ela quem fornecia informações com muita riqueza de detalhes. Ela era a fonte que o ajudava a detalhar fatos e lugares nos livros” (Morais, 2018).

O excerto a seguir reproduz integralmente o relato transcrito pelo memorialista, e que lhe foi confiado por Dona Clotilde Jaguaribe Nogueira, casada com o Desembargador Paulino Nogueira Borges da Fonseca. É possível supor que “Dindinha”, fonte em primeira mão do relato, fosse Dona Florinda Cândida de Alencar (1810-1876)<sup>6</sup>, a qual teria de 13 anos na ocasião dos fatos, sucedidos em 29 de setembro de 1824, no sítio Engenho Velho, próximo à vila da povoação de Jardim:

Como Dona Bárbara, seu irmão Leonel Pereira de Alencar, conhecido por Seu Dão, aderiu ao movimento de 1817 e veio a morrer no ano de 1824, quando os imperialistas arrasaram sua casa e dispersaram sua família. Minha tia-avó, Clotilde Jaguaribe Nogueira, recebeu de outra sua tia, filha do Seu Dão, um relato dessa tragédia sertaneja e escreveu o depoimento que reproduzo na dramaticidade que vem de sua simplicidade. Assim está descrita a morte de meu tataravô: *Leonel Pereira de Alencar (Seu Dão) filho de Joaquim Pereira e Dona Teodora. Casou com Dona Maria Xavier de Carvalho (da família Fiel de Carvalho, da Bahia, do Barão de Geremoabo e Senador Dantas). Suponho que era natural da Bahia. Dona Maria faleceu em Mecejana a 6 de janeiro (creio que em 1854). Leonel Pereira de Alencar teve 11 filhos: Raimundo Leonel de Alencar, Joaquim Leonel de Alencar, Antônio Leonel de Alencar, José Leonel de Alencar, João Leonel de Alencar, Manuel Leonel de Alencar, Maria Brazílina Leonel de Alencar, Josefa Senborinha de Alencar, Ana Josefina de Alencar, Praxedes Felismina de Alencar, Florinda Cândida de Alencar e Clodes Alexandrina de Alencar. Leonel e seu filho Raimundo foram assassinados no Jardim, onde moravam a 29 de setembro de 1824. O Senador Alencar atribuiu esse crime a intriga do assassinato com o Sargento-Mor Antônio do Couto e Miguel Torquato de Bulhões comandando os assassinos, Antônio Francisco, procurador da Câmara de Jardim. Cercaram a casa de Leonel durante a noite, sendo este obrigado a resistir com seus filhos e escravos, a um tiroteio constante até o amanhecer. Raiando o dia, puseram fogo aos 4 cantos da casa. Leonel preferiu então abrir a porta e lutar a peito descoberto com os assaltantes a morrer sufocado com sua família. Abriu a porta e ato contínuo recebeu uma bala na cabeça que o prostrou morto. Mundinho, seu filho mais velho, foi em seguida assassinado. A bala que matou Leonel feriu em um dedo sua mulher. Assaltantes varejaram a casa e deram um saque completo deixando assim reduzida a última miséria no espaço de uma noite a rica e opulenta família de Seu Dão. À invasão dos assaltantes a família fugiu pelos matos e não se reuniu mais nessa casa e sítio agora cheia de recordações dolorosas; foi assim que nasceu Clodes a última filha de Leonel, nasceu no mato e não na confortável vivenda de seus pais pois sua Mãe vivia então foragida. Mais tarde a viúva de Leonel reuniu ainda alguns escravos que espontaneamente a procuraram; os outros desapareceram bem como os seus bens todos. Pobre e desassossegada D. Maria deixou por fim o Cariri e viveu anos em Mecejana, onde morreu a 6 de janeiro de 1854, se não me engano. Descobri seus restos mortais em uma urna que conservo debaixo de vista no Cemitério desta Capital, onde pretendo erigir-lhe um monumento modesto. Dindinha repetiu-me muitas vezes esta história do assassinato de seu pai. Ela era mocinha e tal impressão causou-lhe este caso horrível, que ainda se comovia e chorava contando-me esta história 50 anos depois dos fatos. Dizia-me ela que parecia estar ainda vendo o Pai ao abrir a porta, receber a bala, descer-lhe uma fita de sangue pelo rosto, apoiar-se a uma mesa e rolar por fim morto no chão.* (Nava, 1974, p. 175-176, grifo do autor).

<sup>6</sup> Segundo Antônio de Alencar Araripe (1981, p. 73), D. Florinda casou-se com o cirurgião Francisco José de Matos, em Baturité, Bahia. São seus filhos: Florinda, Amélia, Leonel Augusto e José de Alencar Matos.

Narrativa oral, o testemunho da filha de Leonel recebe, “na sua simplicidade”, versão escrita por Dona Clotilde Jaguaribe Nogueira, filha de Dona Clodes Alexandrina Santiago de Alencar e de Domingos Jaguaribe. Quando Dona Clotilde se casou com o Desembargador Paulino Nogueira Borges da Fonseca, este já era pai de João Franklin de Alencar Nogueira, pelo primeiro casamento, com Dona Ana Franklin de Alencar, falecida em 1888. Publicado originalmente no *Jornal do Comércio*, de 9 de julho de 1920, e na *Revista do Instituto do Ceará*, de 1940, “Alencares de sangue e afins”, artigo do historiador João Nogueira Jaguaribe, traz sob o título a observação: “Páginas de história e de família. Oferecidas ao Instituto pelo Dr. João F. Alencar Nogueira, que as anotou”. João Nogueira Jaguaribe era neto, pelo lado materno, de Leonel Pereira de Alencar; sendo filho de Domingos Jaguaribe, irmão de Dona Clotilde e, portanto, tio-avô de Pedro Nava. Sob o prisma do historiador, João Nogueira Jaguaribe narra os eventos implicados no relato de Dindinha:

A revolução do Equador, aparentemente triunfante no Ceará, começou a sofrer logo a reação imperialista na Paraíba e sertões do Ceará. Tristão e Filgueiras<sup>7</sup> resolveram então mandar tropas à Paraíba, para socorrer os partidários da Confederação e abrir livre caminho aos deputados do Ceará ao congresso do Recife. Filgueiras, precedido de José Martiniano de Alencar, partiu para o Crato, levantando tropas. No sítio São Paulo, soube das reações do Jardim, onde os imperialistas haviam assaltado o Engenho Velho, de Leonel Pereira de Alencar, junto à cidade, assassinando-o dentro de sua vivenda, pondo em fuga toda a sua família, matando-lhe um filho, Raimundo Pereira de Alencar, dentro do canavial, a que lançaram fogo, e ferindo-lhe a esposa, D. Maria Xavier Pereira de Carvalho Alencar, quando tentava defender o marido, obrigando-a a fugir com os filhos e alguns escravos fiéis. As represálias por parte dos republicanos não se fizeram esperar e desenrolaram-se no Jardim cenas terríveis de vingança. (...) Os Alencares são perseguidos por toda parte pelos que se diziam defensores do Trono e do Altar, aos quais o povo chama de *corcundas*, e mais treze parentes, por consaguinidade e afinidade, de Leonel, são assassinados. Quinze viúvas da família Alencar fizeram os imperialistas no Jardim e seus arredores! D. Maria Xavier, viúva de Leonel, fugira ferida e grávida, e no dia 1º de Novembro, cinco dias depois do assassinato de seu esposo e filho, deu à luz em uma choupana, onde achara abrigo, a D. Clodes Santiago de Alencar Jaguaribe, depois esposa do Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe, visconde de Jaguaribe. Quatro dias depois do parto, teve D. Maria de partir em rede, carregada pelos seus fiéis escravos, à procura de novo e mais seguro abrigo. (Jaguaribe, 1940, p. 105-106).

Segundo José Roberto de Alencar Moreira (2000, p. 28): “A viúva de Leonel, Maria Xavier da Silva, fugiu com os filhos sobreviventes, estando ferida e grávida no sétimo mês”. Acusados de inimigos do Império, Leonel e Raimundo Pereira de Alencar teriam sido assassinados em 28 de setembro de 1824, pelo bando liderado por seu inimigo político, então procurador da Câmara de Jardim, Antônio Francisco de Melo, o qual usara o envolvimento de Leonel de Alencar na Confederação do Equador como pretexto para eliminá-lo. Maria Jorge dos Santos Leite (2013, p. 4) observou que esses assassinatos

---

<sup>7</sup> José Pereira Filgueiras (1758-1825), capitão-mor das Ordenanças da Vila Real do Crato, participou dos movimentos de 1817 (contra os revoltosos) e 1824 (em apoio ao governo provisório de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe).

acirraram as rivalidades entre as vilas de Jardim, “de maioria monarquista e antiliberal” e Crato, “politicamente influenciada pela família Martiniano Alencar”.

A história possui versões mais elaboradas, da pena de outros membros da família Alencar. No artigo “Presidentes do Ceará. Período Regencial - Parte II”, publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, Ano XII, de 1898, Paulino Nogueira (1898, p. 111) transcreveu “[...] em sua íntegra de um exemplar com que, em 1874, [lhe] presenteou o conselheiro José de Alencar, adicionando-lhe algumas notas explicativas”, a versão do massacre do Jardim, contida na longa *Supplica que à S. M. I. dirigio José Martiniano de Alencar, Ex-Deputado às Côrtes de Lisboa, e à Assembléa Constituinte do Rio de Janeiro*. Com a ruína da Confederação do Equador após 54 dias de existência, José Martiniano de Alencar seguiu para o Rio de Janeiro, “a fim de pessoalmente impetrar o perdão do Imperador”. Seguem-se excertos do relato em que recorda o destino das famílias de Leonel e Tristão de Alencar:

Chegado que fosse á minha casa no dia 19 de Setembro, comecei a dispôr-me para deixar a Província, a fim de não ser testemunha dos horrores da anarchia e da guerra civil, porque em breve eu sabia que ela ia passar [...] eu sabia que nunca tal Congresso se realisaria, e [...] pretendia passar-me ao Rio de Janeiro. Occupava-me da realisação desse plano, quando no dia 28 de setembro forão assassinados e completamente roubados, na villa do Jardim, onde moravam, 14 legoas distante da minha casa, meu tio capitão Leonel Pereira de Alencar, e seu filho Raymundo Pereira de Alencar. Os que os assassinarão disseram que o fizeram por serem inimigos do Imperio; porem é notavel, Augusto Senhor, que aquelle Leonel se tinha evadido com frívolos pretextos de comparecer ao grande Conselho de 26 de Agosto, na capital, para a adopção do plano da Confederação, apezar de ser expressamente chamado como eleitor e Commandante Geral, e Antonio Francisco de Mello, Procurador da Camara do Jardim, que dirigio os assassinos e operou elle mesmo com outros o assassinato de Leonel, que tinha ido à Capital, assistio ao Conselho, applaudio e mostrou-se influído na adopção do plano e sellou-o com sua assinatura. O factó é, Senhor, que uma demanda que Leonel trazia com um potentado da villa do Jardim, o sargento-mór Antonio Alves Conte, por causa das aguas de uma propriedade de terras, pertencente ao Comandante Geral, que elle ocupava pela expulsão que dizia ter soffrido Miguel Torquato Ferreira de Bulhões, fez que estes dous ambiciosos tramassem contra o dito Leonel uma forte intriga, cujo resultado foi o bárbaro e injusto assassinato [...] dentro mesmo do asylo sagrado de suas casas e no seio de suas famílias, a homens enermes e sem estarem na menos apparencia de resistencia [...] reduzindo suas desgraçadas famílias á pobreza, á miséria, á mendicidade, insultando e maltratando mesmo a essas desgraçadas vítimas da orphandade, como fizerão espancando e até ferindo mortalmente a viuva de Leonel, que se achava no sétimo mez de peijadava [...] duas viúvas e mais oito indivíduos entre donzellas delicadas e tenras criancinhas, que formavam as desgraçadas famílias dos dous infelizes assassinados, reduzidas ao misero estado de pé no chão, quase nuas e mortas á fome, pois o roubo foi tal que não lhes deixarão as mesmas feichaduras das portas das casas onde moravão. (Alencar, 1825 apud Nogueira, 1898, p. 120-122).

Referindo-se ao atentado no Engenho Velho, o escritor Raimundo de Menezes (1965, p. 22), estudioso da vida e da obra de José de Alencar, observou que a “valente viúva”, Dona Maria Xavier de Carvalho Alencar, “consegue fugir com 16 escravos, embora no sétimo mês de gravidez”. Em nota ao relato da *Supplica* de José Martiniano de Alencar, Paulino Nogueira aludiu à morte de Dona Maria Xavier. O registro contém a elegia fúnebre que lhe dedicou Leonel Martiniano de Alencar:

Essa veneranda matrona chamava-se *Maria Xavier de Carvalho Alencar*. O tiro, que matou ao marido, cortou-lhe o dedo anular da mão esquerda, e o que matou ao filho feriu-a na coxa da perna direita. Faleceu repentinamente em Mecejana, no sítio Alagadiço-Novo, dia de reis, a 6 de janeiro de 1854. Seu ilustre neto Dr. Leonel Martiniano de Alencar, atual Barão de Alencar, chorou sua morte em comovente e expressiva “Nenia”, que foi transcrita no “Cearense” n.º 708 de 28 de Fevereiro daquele ano. Pura e enternecedora verdade contém esses três versos dela:

Tão moça viu pender sobre seu seio,  
Sem risos, sem olhar e ensanguentada,  
A cabeça adorada de um esposo  
Que ainda palpitava assassinada.

Viu um filho na flôr da mocidade  
Cahir no mesmo túmulo do pai:  
Coitada! Ajoelhou-se ante essas campas,  
Desde então nunca mais soltara um ai.

Se a morte de um irmão, de um outro filho  
Vinha ainda ferir-lhe o coração:  
Sem lágrimas, sem aês, livida e muda  
A vião joelhada em oração. (Nogueira, 1898, p. 122).

Na cadeia de transmissão de memórias entre gerações, formada por narradores orais, inclui-se o “Major da Briosa” Joaquim Nogueira Jaguaribe, avô materno de Pedro Nava. *Chão de Ferro*, terceiro tomo das Memórias, narra do ponto de vista autobiográfico recordações da época em que os Nava mudaram para Belo Horizonte, após a morte de Dona Maria Luísa, em fins de 1913; e do término dos estudos do autor no externato do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Entre 1919 e 1920, quando se preparava para ingressar no curso de Medicina, ele ouviu, nos serões domésticos, antigos “casos” sobre fatos históricos que marcaram a vida da família Alencar, narrados pelo Major:

Ele abancava-se na sala cruamente iluminada pelo lampião de carbureto que acompanhava o dono da casa nos cômodos ainda sem luz elétrica. E aí, ele começava a contar. Primeiro os casos antigos do Pau Seco, de D. Bárbara e do 1817 – que ele reuniria depois em modesto folheto. Depois o 1824, a chacina do Jardim, a casa-grande do Seu Dão incendiada, a dispersão da família. A avó grávida, fugida nos matos, escondida num fundo de lagoa, respirando por um tubo de taquara, até tudo silenciar. Saiu dali transida, para ter, no chão, a filha que esperava. Veio se arrastando a pé, que nem retirante, comendo dado, até Fortaleza, onde foi recolhida pelo cirurgião Santiago. Por isso é que a menina nascida assim, tinha se chamado Clodes Alexandrina Santiago de Alencar. Aquilo, na nossa sala, era o eco das conversas que o Major escutara de sua mãe e que esta ouvira da sua. Era a mesma voz vinda do Ceará, passando pelo Rio, reboando agora na Serra do Curral... (Nava, 1976, p. 143).

Pedro Nava (1976, p. 143) refere que o “modesto folheto” intitulado *Acontecimentos de 1817 – Dona Bárbara* e redigido por Joaquim Nogueira Jaguaribe, foi impresso em Fortaleza, em 1922. A história e participação de Dona Bárbara na Revolução Pernambucana de 1817 foi também relatada em *Dona Bárbara – 1817*, drama publicado em 1917 pelo escritor cearense José Carvalho (1872-1933), membro da “Padaria

Espiritual”, agremiação literária fundada pelo escritor Antônio Salles. Segundo Vasconcellos (2001, p. 349), o Arquivo Pedro Nava inclui o “[...] impresso “D. Bárbara”, com dedicatória de Joaquim Nogueira Jaguaribe a PN e outro com dedicatória de Diva Mariana Jaguaribe Nava, mãe de Nava, a Iaiá – Hortênsia Natalina Jaguaribe de Alencar”, irmã de Dona Diva e esposa do médico Meton de Alencar Filho, neto do Major Antônio da Franca Alencar e de Dona Praxedes Felismina de Alencar, filha de Leonel Pereira de Alencar e Dona Maria Xavier.

O relato que Pedro Nava ouviu do avô Joaquim Nogueira Jaguaribe sobre o parto de Dona Maria Xavier acrescenta alguns detalhes à versão coletada por Dona Clotilde Jaguaribe Nogueira. Nas versões de Dona Clotilde e de Joaquim Jaguaribe: “Clodes, a última filha de Leonel, nasceu no mato”, “no chão”, nas imediações do Engenho Velho, pouco depois do atentado que matou Leonel e Raimundo de Alencar, em 29 de setembro de 1824. Na versão de João Nogueira Jaguaribe, irmão mais novo de Dona Clotilde e Joaquim Jaguaribe (1940, p. 106): “[...] no dia 1º de Novembro, cinco dias depois do assassinato de seu esposo e filho, [Dona Maria Xavier] deu à luz em uma choupana, onde achara abrigo”. A versão de João Nogueira Jaguaribe sobre os eventos no Engenho Velho é um fragmento de “Alencares de sangue e afins”, texto que se aproxima de um memorial biográfico dos Alencar. “Oferecidas ao Instituto pelo Dr. João F. Alencar Nogueira, que as anotou”, as informações foram destinadas ao Instituto do Ceará, tendo, portanto, função de arquivo ou repositório da memória social do grupo, tornada assim, “Páginas de história e de família”.

Publicadas na revista do Instituto do Ceará, as “Páginas” projetam determinada imagem dos Alencar, consoante a versão dos fatos biográficos designados para narrar sua história e a posição que ocupam no quadro da história nacional, desde o tempo em que, referiu Jaguaribe (1940, p. 99): “Três irmãos, Leonel Pereira de Alencar Rego, Alexandre Pereira de Alencar Rego e João Francisco Pereira de Alencar, vieram para a Baía em época que as tradições de família não guardaram, mas que devia ter sido de 1650 a 1680”. Esta versão elege uma imagem do grupo para a posteridade. De modo similar, quando a versão de “Dindinha”, filha de Leonel de Alencar e Dona Maria Xavier, deixa o círculo de transmissão oral da história do grupo, restrito ao contexto familiar, para obter versão escrita, ampliam-se as possibilidades de divulgação e documentação. O valor documental da fonte advém do fato de provir de uma testemunha direta, “de visu”, dos crimes acontecidos no Engenho Velho e da implicação destes na história pátria. A transcrição da oralidade para a forma escrita denota intenção de preservação, fruto do sentido que o grupo atribui a essas recordações.

Presume-se a importância que Pedro Nava atribui a tais recordações ao não registrá-las por paráfrase: “depoimento que reproduzo na dramaticidade que vem de sua simplicidade”. Nesse sentido, recordou Antonio Candido (1987, p. 76): “Transpor as sequências de acontecimentos, como são registrados pela observação, é tarefa do historiador, não do poeta”. Às demais passagens sobre os Alencar e Dona Bárbara, o memorialista oferece informações complementares sobre certos aspectos e episódios históricos, citados ou não em versões oficiais, como a descrição de itens, materiais e imateriais, do acervo da família: anedotas, daguerreótipos e documentos diversos. A

linguagem literária igualmente complementa e singulariza o projeto biográfico das Memórias.

Para Antonio Candido (1987, p. 53, grifo do autor), o teor lírico-criativo da escrita de Pedro Nava permite comparar as Memórias às poéticas autobiográficas de Carlos Drummond de Andrade e de Murilo Mendes, “apesar das diferenças”, sua linguagem demonstra “[...] um substrato comum, que permite lê-los reversivelmente como recordação ou como invenção, como documento da memória ou como obra criativa, numa espécie de dupla leitura, ou leitura ‘de dupla entrada’, cuja força, todavia, provém de ser ela simultânea, não alternativa”. Por meio desta linguagem, o escritor busca registrar, transcorrido mais de meio século, “o eco das conversas que o Major escutara de sua mãe [Dona Clodes Alexandrina] e que esta ouvira da sua [Dona Maria Xavier de Alencar]”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do tempo, gerações de uma família podem ouvir muitas versões da mesma história. Tais versões subordinam-se à memória pessoal daqueles que testemunharam os eventos narrados. Partilhadas, as histórias reforçam a memória coletiva e a identidade do grupo. Membros da família Alencar registraram essas memórias em escritos autobiográficos, biográficos e memorialísticos.

As mulheres biografadas nas Memórias de Pedro Nava por vezes desempenham função de biógrafas, a exemplo de Dona Clodes Alexandrina, ao relatar: “Dindinha repetiu-me muitas vezes esta história do assassinato de seu pai” (Nava, 1974, p. 176); ou Dona Diva Mariana Nava, cujas recordações permitiram a Pedro Nava (1974, p. 172) reconstituir parte do cotidiano e dos hábitos do Visconde de Jaguaribe: “Muitas vezes ouvi minha Mãe evocar a chácara suburbana do avô”.

Fragmentos de versões orais e escritas tangenciam-se nas Memórias, por exemplo, a menção ao cirurgião Santiago, no excerto alusivo às recordações de Joaquim Jaguaribe: “[Dona Maria Xavier] Veio se arrastando a pé, que nem retirante, comendo dado, até Fortaleza, onde foi recolhida pelo cirurgião Santiago” (Nava, 1976, p. 143). Versão que pode ser comparada à escrita do Visconde de Jaguaribe, pai do Major. Após “a chacina do Jardim, a casa-grande do Seu Dão incendiada, a dispersão da família” e o nascimento da filha Clodes Alexandrina, Dona Maria Xavier foi procurada pelo sobrinho, o padre José Martiniano de Alencar, que desejava reunir a família, como agregados, no seu engenho Alagadiço Novo, em Messejana. Raimundo de Menezes reproduziu o episódio da viagem, “contado por Domingos [José Nogueira] Jaguaribe” Filho:

Meu tio [José Martiniano Pereira de *Alencar*] o primeiro cuidado que teve foi de ir ao Crato para trazer minha avó [D. *Maria Xavier* da Silva e seus filhos; aconteceu que sendo muito formosa minha tia [Ana Josefina de Alencar] e já moça, o padre Alencar na viagem se uniu a ela, tendo minha avó sofrido tal desgosto que perdeu a voz, ou simulou tê-la perdido. Chegando ao Ceará, em *Fortaleza*, sua primeira ocupação foi procurar o cirurgião-mor Santiago, a quem ela entregou minha mãe [Clodes Santiago de Alencar Jaguaribe, depois batizada pelo padre Alencar] com a idade de um ano, pedindo que a recebesse e educasse como filha. (Jaguaribe apud Menezes, 1965, p. 23).

Assinala-se que os relatos compilados nas Memórias possivelmente formam um compósito das versões das testemunhas da chacina de 1824, e das histórias contadas por seus descendentes. Pedro Nava (1974, p. 306) integra uma cadeia de transmissão entre gerações, em que, a partir do enfoque pessoal, coletivo ou historiográfico, a memória, “[...] construída, pode vir na sua verdade ou falsificada pelas substituições cominadas, pela nossa censura”. E, nesse sentido, autenticidade e autoria são questões praticamente inextricáveis no testemunho escrito entregue ao memorialista por Dona Clotilde Jaguaribe Nogueira, pois suas reminiscências também estão presentes no relato:

*Dindinha repetiu-me muitas vezes esta história do assassinato de seu pai. Ela era mocinha e tal impressão causou-lhe este caso horrível, que ainda se comovia e chorava contando-me esta história 50 anos depois dos fatos. Dizia-me ela que parecia estar ainda vendo o Pai ao abrir a porta, receber a bala, descer-lhe uma fita de sangue pelo rosto, apoiar-se a uma mesa e rolar por fim morto no chão. (Nava, 1974, p. 175-176, grifo do autor).*

Para Leigh Gilmore (2001), memórias em que o relato de uma experiência traumática assume o primeiro plano da narrativa tendem a desorganizar os limites do texto (auto) biográfico, pois intercalam elementos autobiográficos, biográficos, ficcionais, históricos e mesmo teóricos. Os testemunhos que levam à recriação de cenas traumatizantes demonstram como e porque o autor desvia-se dos limites da autobiografia quando a reconstituição do trauma coincide com a representação da própria imagem, macula a identidade pessoal ou a memória social de alguém.

Os relatos orais ou escritos de tais testemunhos integram-se às Memórias gerando um sistema narrativo que conecta história nacional e história da vida privada. Centrado na imbricação entre os planos narrativos da oralidade e da cultura erudita, a escrita do memorialista compreende a análise, citação direta e paráfrase de relatos orais, casos, anedotas, lendas familiares, cartas, documentos, daguerreótipos, fotografias, manuscritos, bibliografia especializada, pesquisa em arquivos públicos e pessoais. A versão resultante pode ser expressa e esteticamente elaborada na forma escolhida pelo autor: “como matéria de romance”, de ensaio, ou de estudo paleopatológico, como nesta descrição:

De Dona Joana Maria da Conceição ficou um daguerreotipo, ainda dos feitos em chapa de metal, e que pelas vestimentas eu coloco cerca dos quarenta do século passado. De touca e fichu era uma velha fisicamente horrenda. Tinha a cara quadrada, as maçãs salientes, o queixo prognata, as sobrelhas muito levantadas para fora, descendo para a raiz nasal – prolongando-se em *linha de ouro* com os vincos que lhe punham a boca funda, entre parênteses. Estrabismo divergente e expressão, apesar de tudo, bondosa. Cabeça metida de tronco adentro e este, tão empilhado, que a velha parecia estar sentada, não com os ísquions, mas com as omoplatas. Saía daí um braço imenso e esticado que precisava subir numa rampa de quarenta e cinco graus para atingir o ombro da filha que a ladeava – uma figura de pau, toda em ângulos e quinas, parecendo feita a machado. Aquela postura da tataravó é dessas que fabricam o mal de Pott, as escolioses graves, as grandes platispondilias. (Nava, 1974, p. 170, grifo do autor).

O relato da “tragédia sertaneja” da “rica e opulenta família de Seu Dão” reúne as biografias da família Alencar, a história da Revolução Pernambucana de 1817 e da

Confederação do Equador, ramificando-se para encontrar a biografia dos Jaguaribe, dos Nava e a história da literatura. Entremendo biografia e autobiografia, essas vidas não são narradas apenas como “matéria de romance”, mas se conectam a outras formas de representação da história familiar e nacional.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. A. Nava biógrafo. *Patrimônio e Memória*. Assis: CEDAP, v. 3, n. 1, p. 39-44.

ALMEIDA, L. S. *Memorial biográfico de Vicente de Paula, o capitão de todas as matas*. Maceió: EDUFAL, 2008.

ANDRADE, M. C. As sedições de 1831 em Pernambuco. *Revista de História*, São Paulo, v. 13, n. 28, p. 337-407, 1956. Disponível em:

<<file:///C:/Users/avmar/Downloads/38159-Texto%20do%20artigo-44872-1-10-20120813.pdf>>. Acesso em 2 de abr. de 2023.

ARARIPE, A. A. José de Alencar – Notas de Família. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, n. 95, p. 66-76, 1981. Disponível em:

<<https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1981/1981-JosedelencarNotasdeFamilia.pdf>>. Acesso em 2 de abr. de 2023.

AVELAR, A. S. A retomada da biografia histórica: problemas e perspectivas. *Oralidades - Revista de História Oral*, São Paulo, Ano 1, n. 2, p. 45-60, Julho-Dezembro 2007.

Disponível em: <<https://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/2019-09/Oralidades%200.pdf#page=45>>. Acesso em 2 de abr. de 2023.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BERNUCCI, L. M. Prefácio. In: CUNHA, E. *Os Sertões*. São Paulo: Editora Ateliê, 2004, p. 13-50.

CANDIDO, A. Poesia e ficção na autobiografia. In: *A Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Editora Ática, 1987, p. 51-69.

CHAVES, C. B. *Memorialistas Portugueses*. Instituto de Cultura Portuguesa. Amadora: Livraria Bertrand, 1978.

COSTA, F. A. P. *Anais Pernambucanos, 1795-1817*. Recife: FUNDARPE, 1983.

ECHEVARRÍA, R. G. *Myth and Archive: A theory of Latin American narrative*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

GILMORE, L. *The limits of autobiography: Trauma and Testimony*. London: Cornell University Press, 2001.

JAGUARIBE, J. N. Alencares de sangue e afins. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: 1940, p. 99-118. Disponível em: <[https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1940/1940-Alencares\\_de\\_sangue\\_e\\_afins.pdf](https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1940/1940-Alencares_de_sangue_e_afins.pdf)>. Acesso em 3 de abr. de 2023.

LEITE, M. J. S. A influência das revoltas liberais no Cariri cearense e a “sedição de Pinto Madeira”. *XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL*. Natal. RN: 22 a 26 de julho de 2013, p. 1-14. Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370911412\\_ARQUIVO\\_Pinto\\_Madeira.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370911412_ARQUIVO_Pinto_Madeira.pdf)>. Acesso em 2 de abr. de 2023.

MENEZES, R. José de Alencar: literato e político. São Paulo: Martins, 1965.

MIRANDA, A. *Histórias contadas pelo vento*. Fortaleza: Editora Demócrito Dummar, 2019. Ri

MORAIS, M. Sobrinho-neto de Pedro Nava resgata objetos pessoais, fotos e vídeos do escritor. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 26 de jun. 2018. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/cultura/26-06-2018/sobrinho-neto-de-pedro-nava-fala-sobre-mega-exposicao-do-escritor-em-2019.html>>. Acesso em 2 de abr. de 2023.

NAVA, P. *A Medicina de Os Lusíadas e outros textos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004a.

\_\_\_\_\_. *Balão Cativo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

\_\_\_\_\_. *Baú de Ossos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

\_\_\_\_\_. Cem anos cravados na memória. [Entrevista cedida a] Edina Panichi. *Folha de Londrina*, Londrina, 4 jun. 2003. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/cem-anos-cravados-na-memoria-449186.html>>. Acesso em: 19 jan. 2023a.

\_\_\_\_\_. *Capítulos da História da Medicina no Brasil*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004b.

\_\_\_\_\_. *Chão de Ferro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

NAVA, P. Pedro Nava: em busca do tempo vivido. [Entrevista cedida a] Edmilson Caminha. In: CAMINHA, Edmilson. *Palavra de Escritor*. Brasília: Thesaurus Editora, 1995, p. 37-50.

\_\_\_\_\_. *Território de Epidauro: Crônicas e Histórias da História da Medicina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

NOGUEIRA, P. Presidentes do Ceará. Período Regencial - Parte II. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, ano XII, p. 89-166, 1898. Disponível em: <<https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAnoHTML/1898indice.html>>. Acesso em 3 abr. 2023.

MATOS, P. G. *Capistrano de Abreu: Vida e Obra do Grande Historiador*, Fortaleza: A. Batista Fontenelle, 1953.

MENEZES, R. *José de Alencar: literato e político*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

MOREIRA, J. R. A. *História da família Seixas de Alencar*. Brasília: 2000. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/119956604/Historia-da-Familia-Seixas-de-Alencar#>>. Acesso em 3 abr. 2023.

PÉREZ JR, L. A. *Intimations of Modernity: Civil Culture in Nineteenth-Century Cuba*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2017.

PINHEIRO, I. N. Um baiano a serviço do Ceará e do Brasil. *Revista do Instituto do Ceará*. Volume 65. Fortaleza: 1951, p. 5-28.

RICOEUR, P. Imagination, testimony and trust: a dialogue with Paul Ricoeur. In: KEARNEY, Richard; DOOLEY; Mark. (eds.). *Questioning Ethics*. Contemporary Debates in Philosophy. London and New York: Routledge, 1999a, p. 12-17.

\_\_\_\_\_. Memory and forgetting. In: KEARNEY, Richard; DOOLEY; Mark. (eds.). *Questioning Ethics*. Contemporary Debates in Philosophy. London and New York: Routledge, 1999, p. 5-11.

\_\_\_\_\_. Narrative and the ethics of remembrance. In: KEARNEY, Richard; DOOLEY; Mark. (eds.). *Questioning Ethics*. Contemporary Debates in Philosophy. London and New York: Routledge, 1999, p. 18-32.

TAVARES, F. M. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. Recife: Cepe Editora, 2017.

VASCONCELLOS, E. Escritos epistolares, utopia e arquivos Pedro Nava e Drummond em *Descendo a Rua da Bahia. O Eixo e a Roda*, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 11-24, 2018. Disponível em: <<https://www.readcube.com/articles/10.17851%2F2358-9787.27.1.11-24>>. Acesso em 2 de abr. de 2023.

VASCONCELLOS, E. *Inventário do Arquivo Pedro Nava*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2001.

**Submetido em 23 de abril de 2023**

**Aceito para publicação em 12 de janeiro de 2025**